

# Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal



**SANTA MARTA**  
PADROEIRA DA REGIÃO DEMARCADA DO **DOURO**  
PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

hid.  
f  
H  
H  
H

---

*PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS E  
RELATÓRIO DE GESTÃO  
2018*

---



*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
- "Índice" with an arrow pointing to the title.  
- Several illegible signatures and initials.

## ÍNDICE

	Pág.
I - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
1 - INTRODUÇÃO .....	4
2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO .....	7
3 - ANÁLISE PATRIMONIAL .....	9
3.1 - Análise do Balanço .....	9
3.2 - Análise da Demonstração de Resultados .....	11
3.3 - Dívida Consolidada .....	13
4 - INDICADORES DE GESTÃO .....	13
5 - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA .....	15
II - BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA .....	17
1 - BALANÇO CONSOLIDADO .....	18
1.1 - Activo .....	18
1.2 - Fundos Próprios e do Passivo .....	19
2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA .....	20
III - FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS .....	21
1 - Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados .....	22
IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	23



Verde,  
f 7  
A  
P  
M  
P

## I - RELATÓRIO DE GESTÃO





*Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Anexo" and several illegible signatures.*

## I – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), dispõe no seu artigo 75.º, n.º I que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

De acordo com este regime, as entidades mãe ou consolidantes são os municípios, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, sendo o grupo autárquico composto por: i) um município; ii) uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal; e iii) pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta. Considera-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A existência ou presunção de controlo, por parte das entidades antes referidas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às entidades referidas nos n.ºs 4 e 5 do mencionado artigo 75.º, ou seja:

- a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, à distribuição das perdas ou resultados positivos pelos municípios nos termos definidos em acordo celebrado para o efeito;
- b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto;
- c) De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base designadamente numa das seguintes situações:



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

1. De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
  2. Do resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.
- d) Quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:
1. A faculdade de vetar os orçamentos;
  2. A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
  3. A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
  4. A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
  5. A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei n.º 73/2013, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Março, na sua atual redação, integrem o sector empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

O Município de Santa Marta de Penaguião não é detentor de qualquer entidade associativa municipal sobre a qual exerça de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção.

No entanto, o Município detém uma participação de 0,15% na empresa “A Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.”, enquadrada no sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto.





Desta forma, está este Município obrigado a consolidar as suas contas por via da sua participação naquela empresa, apesar da sua participação no capital social no montante de 4.985,01€, por força disposto no n.º 6 do artigo 75.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Os documentos de prestação de constas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são, de acordo com o n.º 8 do artigo 75.º, os definidos para as entidades do sector público administrativo.

Pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, foi aprovada a orientação n.º 1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, visando estabelecer um conjunto de princípios enquadradores, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades no sector público administrativo, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto do RFALEI, que claramente prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a referida Portaria, consagrar de forma expressa, alguns dos aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através do SATAPOCAL, entendeu ser necessário elaborar um conjunto de instruções que permitam uma aplicação deste regime pelos municípios de forma “coerente, harmoniosa e comparável”.

hah  
↑  
y  
[Handwritten signatures and marks]

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a circled number 12.

Tais instruções, segundo a DGAL, visam articular o regime financeiro das autarquias locais, o regime previsto na Portaria e na Orientação, bem como “ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas pelos municípios”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do RFALEI, os documentos de prestação de contas consolidados devem ser elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

## 2 – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Santa Marta de Penaguião é constituído pela Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., que faz parte do sector empresarial local, participada, de forma direta, em 0,15% do capital, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar, sendo que o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, define o “grupo autárquico” para efeitos de consolidação de contas.

A referida entidade está enquadrada no sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto e tem sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 – 3.º B – 2740-120 Porto Salvo.

Esta empresa tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, soluções ambientais,





comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

Entidades Participadas						
Denominação Social	Sede	NIPC	Proporção do Capital Detido			N.º de Ações
			Capital Social / Estatutário	% do Capital Detido	Proporção do Capital Detido	
A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	TagusPark - Av.ª Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11-3.º B 2740-120 Porto Salvo	504475606	3 236 678,67 €	0,15%	4 985,01 €	999

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with circular stamps.





Loh

### 3 – ANÁLISE PATRIMONIAL

#### 3.1 – ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício de 2018, dando a conhecer o ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o passivo e capital próprio do grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

A estrutura do ativo reparte-se em Imobilizado ou *Ativo Fixo* e *Ativo Circulante*. A estrutura do passivo é repartida entre o *Capital Próprio* ou *Fundos Próprios* e o *Passivo*.

SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO						
ATIVO	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
<b>Imobilizado</b>	<b>34 560 383,05</b>	<b>97,35%</b>	<b>37 135 988,84</b>	<b>97,61%</b>	<b>-2 575 605,79</b>	<b>-6,94%</b>
Bens do domínio público	17 605 839,58	49,59%	19 757 038,61	51,93%	-2 151 199,03	-10,89%
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobilizações corpóreas	16 612 085,44	46,79%	16 918 502,95	44,47%	-306 417,51	-1,81%
Investimentos financeiros	342 458,03	0,96%	460 447,28	1,21%	-117 989,25	-25,62%
<b>Circulante</b>	<b>939 649,64</b>	<b>2,65%</b>	<b>910 665,64</b>	<b>2,39%</b>	<b>28 984,00</b>	<b>3,18%</b>
Existências	35 664,18	0,10%	42 833,15	0,11%	-7 168,97	-16,74%
Dívidas de terceiros - Médio/longo prazos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	156 486,58	0,44%	115 617,77	0,30%	40 868,81	35,35%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos e caixa	161 040,49	0,45%	193 827,95	0,51%	-32 787,46	-16,92%
Acréscimos de diferimentos	586 458,39	1,65%	558 386,77	1,47%	28 071,62	5,03%
<b>Total do Ativo</b>	<b>35 500 032,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>38 046 654,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2 546 621,79</b>	<b>-6,69%</b>

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se que o Imobilizado em 2018 representa 97,35% do total do Ativo, ou seja, quase a sua totalidade, sendo que 49,59% corresponde a bens do domínio público, 46,79% diz respeito a imobilizações corpóreas e 0,96% a investimentos financeiros, enquanto o ativo circulante representa 2,65%. Comparativamente ao ano anterior, o imobilizado teve um decréscimo de 6,94%.



Do ativo circulante evidencia-se as dívidas de terceiros a curto prazo a que corresponde 0,44% do total do ativo, seguindo-se-lhe os depósitos em instituições financeiras e caixa (0,45%), os acréscimos e diferimentos (1,65%) e as existências (0,10%).

## SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
<b>Fundos próprios</b>	<b>22 900 600,55</b>	<b>64,51%</b>	<b>25 264 007,65</b>	<b>66,40%</b>	<b>-2 363 407,10</b>	<b>-9,35%</b>
Património	11 000 000,00	30,99%	11 000 000,00	28,91%	0,00	0,00%
Diferenças de consolidação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ajustamentos partes de capital	-114,42	0,00%	-6,36	0,00%	-108,05	1698,16%
Reservas, subsídios e doações	3 102 755,22	8,74%	3 102 749,08	8,16%	6,15	0,00%
Resultados transitados	11 001 360,98	30,99%	13 200 834,44	34,70%	-2 199 473,45	-16,66%
Resultado líquido do exercício	-2 203 401,24	-6,21%	-2 039 569,50	-5,36%	-163 831,74	8,03%
Total dos Fundos Próprios	22 900 600,55	64,51%	25 264 007,65	66,40%	-2 363 407,10	-9,35%
<b>Passivo</b>	<b>12 599 432,14</b>	<b>35,49%</b>	<b>12 782 646,83</b>	<b>33,60%</b>	<b>-159 615,69</b>	<b>-1,25%</b>
Provisões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Médio/longo prazos	1 252 852,59	3,53%	1 674 885,40	4,40%	-422 032,81	-25,20%
Empréstimos de MLP	1 241 053,09	3,50%	1 533 288,01	4,03%	-292 234,92	-19,06%
FAM 2020	11 799,50	0,03%	141 597,39	0,37%	-129 797,89	-91,67%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1 345 460,54	3,79%	1 028 584,76	2,70%	340 474,78	33,10%
MLP - exigível a 12 meses	292 330,00	0,82%	332 828,00	0,87%	-40 498,00	-12,17%
FAM - Exigível a 12 meses	23 599,00	0,07%	47 198,00	0,12%	-23 599,00	-50,00%
Fornecedores c/c; Fornecedores de imobilizado c/c; Estado; Outros credores	1 029 531,54	2,90%	648 558,76	1,70%	380 972,78	58,74%
Acréscimos e diferimentos	10 001 119,01	28,17%	10 079 176,67	26,49%	-78 057,66	-0,77%
<b>Total do Passivo</b>	<b>12 599 432,14</b>	<b>35,49%</b>	<b>12 782 646,83</b>	<b>33,60%</b>	<b>-183 214,69</b>	<b>-1,43%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>35 500 032,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>38 046 654,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2 546 621,79</b>	<b>-6,69%</b>

Quanto ao passivo, este divide-se em passivo circulante que inclui as dívidas a curtos, médio e longo prazos com empréstimos e fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado c/c, outras dívidas a terceiros, os acréscimos e diferimentos, o qual representa 35,49% do total dos Fundos Próprios e do Passivo, sendo que os passivos a curto prazo e a médio e longo prazos correspondem, respetivamente a 3,79% e 3,53%.

Os acréscimos e diferimentos do passivo, representam 28,17% do total dos Fundos Próprios e do Passivo e os fundos próprios representam 64,51%.





### 3.2 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade em gerar fluxos de caixa, bem como avaliar a aplicação dos recursos utilizados, ou seja, apresentando os resultados das operações económicas – custos e proveitos – do grupo.

#### SINTESE DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

CUSTOS E PERDAS / PROVEITOS E GANHOS	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
<b>Custos e perdas operacionais</b>	<b>8 631 627,25</b>	<b>122,98%</b>	<b>8 445 480,96</b>	<b>122,41%</b>	<b>186 146,29</b>	<b>2,20%</b>
Custos e perdas financeiros	75 485,17	1,08%	14 474,52	0,21%	61 010,65	421,50%
<b>Custos e perdas correntes</b>	<b>8 707 112,42</b>	<b>124,06%</b>	<b>8 459 955,48</b>	<b>122,62%</b>	<b>247 156,94</b>	<b>2,92%</b>
Custos e perdas extraordinários	514 976,80	7,34%	478 777,51	6,94%	36 199,29	7,56%
<b>Custos e perdas do exercício</b>	<b>9 222 089,22</b>	<b>131,39%</b>	<b>8 938 732,99</b>	<b>129,56%</b>	<b>283 356,23</b>	<b>3,17%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado líquido consolidado do exercício	-2 203 401,24	-31,39%	-2 039 569,50	-29,56%	-163 831,74	8,03%
<b>Total dos Custos e Perdas</b>	<b>7 018 687,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 899 163,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>119 524,49</b>	<b>1,73%</b>
<b>Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>6 203 940,02</b>	<b>88,39%</b>	<b>6 038 141,90</b>	<b>87,52%</b>	<b>165 798,12</b>	<b>2,75%</b>
Proveitos e ganhos financeiros	329 864,36	4,70%	277 234,70	4,02%	52 629,66	18,98%
<b>Proveitos e ganhos correntes</b>	<b>6 533 804,38</b>	<b>93,09%</b>	<b>6 315 376,60</b>	<b>91,54%</b>	<b>218 427,78</b>	<b>3,46%</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	484 883,60	6,91%	583 786,89	8,46%	-98 903,29	-16,94%
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>	<b>7 018 687,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 899 163,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>119 524,49</b>	<b>1,73%</b>

Analisando o quadro que antecede, verifica-se que os Custos e Perdas Operacionais, designadamente os Custos com pessoal, os Fornecimentos e serviços externos e as amortizações do exercício, são os que mais contribuem para o seu total, consubstanciando-se num resultado líquido de -2 203 401,24€. Para a formação deste resultado contribuíram as componentes constantes do quadro seguinte:

#### ANÁLISE DE RESULTADOS

Resumo:	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
Resultados operacionais: (B) - (A);	-2 427 687,23	-34,59%	-2 407 339,06	34,89%	-20 348,17	0,85%
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);	254 379,19	3,62%	262 760,18	3,81%	-8 380,99	3,19%
Resultados correntes: (D) - (C);	-2 173 308,04	-30,96%	-2 144 578,88	31,08%	-28 729,16	1,34%
Resultado líquido do exercício: (F) - (E).	-2 203 401,24	-31,39%	-2 039 569,50	29,56%	-163 831,74	8,03%



labeled.  
9  
f  
SP  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]

Do conjunto dos Proveitos operacionais, o mesmo foi influenciado pela venda e prestação de serviços, pelas transferências e subsídios obtidos e pelos impostos e taxas, representando 88,39% dos proveitos do grupo.

Os resultados financeiros apresentam um valor positivo de 254 379,19€, sendo que os proveitos financeiros são essencialmente provenientes da exploração da rede elétrica em baixa tensão e da Barragem do Rio Sordo, e suficientes para cobrirem os custos financeiros que são originados pelos juros e pelos encargos suportados com os empréstimos de médio e longo prazo e outros custos.

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de ganhos em existências e imobilizações, bem como de benefício de penalidades contratuais, de reduções de amortizações e de provisões e de outros proveitos e ganhos extraordinários. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito essencialmente a transferências de capitais concedidas pela Autarquia.



hild.  
f  
SA  
R

### 3.3 – DÍVIDA CONSOLIDADA

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

STOCK DA DÍVIDA - Médio e Longo Prazos					
Código/ designação das contas (1)	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos			Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (5)	Grupo consolidado (6) = (4) + (5)
	MSMP (2)	Município,SA (3)	Total (4) = (2) + (3)		
23121 - Empréstimos de médio e longo prazo	1 241 053,09 €		1 241 053,09 €	0,00 €	1 241 053,09 €
26812 - FAM 2020	11 799,50 €		11 799,50 €	0,00 €	11 799,50 €
<b>Total</b>	<b>1 252 852,59 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 252 852,59 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 252 852,59 €</b>

STOCK DA DÍVIDA - Curto Prazo					
Código/ designação das contas (1)	Dívidas a terceiros - Curto prazo			Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (5)	Grupo consolidado (6) = (4) + (5)
	MSMP (2)	Município,SA (3)	Total (4) = (2) + (3)		
2311 - Empréstimos de curto prazo		39,17 €	39,17 €	0,00 €	39,17 €
23124 - Empréstimos m/l - Exigível a 12 meses	292 330,00 €				
26811 - FAM - Exigível a 12 meses	23 599,00 €				
221 - Fornecedores, c/c	214 435,81 €	733,30 €	215 169,11 €	0,00 €	215 169,11 €
228 - Fornecedores - Faturas r/conferência	512 513,74 €		512 513,74 €	0,00 €	512 513,74 €
2611 - Fornecedores de imobilizado, c/c	162 759,20 €		162 759,20 €	0,00 €	162 759,20 €
24 - Estado e outros entes públicos	27 912,22 €		27 912,22 €	0,00 €	27 912,22 €
268 - Outros credores	111 910,57 €	162,37 €	112 072,94 €	0,00 €	112 072,94 €
<b>Total</b>	<b>1 345 460,54 €</b>	<b>934,84 €</b>	<b>1 030 466,38 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 030 466,38 €</b>

## 4 – INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais de evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias locais, há que ter em conta que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento



bidif  
9  
A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

por não serem hipotecáveis ou alienáveis, designadamente os bens de domínio público, que representam cerca de 50% do ativo do Município e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro seguinte, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Indicadores	2018	2017	2016	2015	2014	Δ 2018-2017	Δ 2018-2014
<b>Estrutura do Ativo</b>							
Ativo fixo / Ativo total	97,35%	97,61%	97,86%	97,05%	96,86%	-0,26%	0,51%
Ativo circulante / Ativo total	2,65%	2,39%	2,14%	2,95%	3,14%	10,58%	-15,70%
Ativo fixo / Ativo circulante	3678,01%	4077,90%	4566,41%	3288,57%	3080,19%	-9,81%	19,41%
<b>Estrutura do Passivo</b>							
Passivo longo prazo / Passivo total	9,94%	15,71%	18,28%	20,14%	29,32%	-36,69%	-66,09%
Passivo curto prazo / Passivo total	10,68%	5,44%	1,81%	2,29%	2,98%	96,19%	258,35%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	93,12%	288,57%	1011,36%	877,94%	985,40%	-67,73%	-90,55%
<b>Análise do Ativo Fixo</b>							
Ativo fixo / Endividamento a médio e longo prazo	2758,54%	1849,67%	1643,96%	1479,31%	1217,71%	49,14%	126,53%
Amortizações acumuladas / Imobilizado bruto	51,99%	48,21%	44,41%	41,05%	39,28%	7,82%	32,35%
<b>Análise do Passivo Exigível</b>							
Coeficiente de endividamento a curto prazo							
Divida de curto prazo / Património líquido	3,89%	1,87%	0,60%	0,77%	0,83%	107,79%	369,04%
Coeficiente de endividamento a longo prazo							
Divida a médio/longo prazo / Património líquido	5,81%	5,41%	6,08%	6,76%	8,21%	7,45%	-29,24%
<b>Índices de Liquidez</b>							
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	11,97%	27,86%	75,63%	105,32%	188,30%	-57,04%	-93,64%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	70,37%	130,89%	364,10%	394,93%	389,56%	-46,24%	-81,94%
<b>Índice de Solvência</b>							
Dividas a terceiros / Ativo total	7,32%	7,11%	6,54%	7,31%	8,76%	3,00%	-16,45%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo é de apenas 2,65%. No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo e o passivo de médio e longo prazo assumem, no passivo total, 10,68% e 9,94%, respetivamente.

Quanto aos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 1,92%.

O ativo fixo constitui basicamente o investimento direto do Município, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado



avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores.

Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 2.758 vezes. No entanto, e como anteriormente referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 50% do imobilizado avaliado são bens do domínio público. A relação entre as amortizações acumuladas e o imobilizado bruto atinge um coeficiente 51,99%.

Da análise do índice de solvência, pode-se comprovar a manutenção de uma situação financeira positiva do Município, pelo facto do peso das dívidas a terceiros no ativo total ser de apenas 7,32%.

## 5 – MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer das operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo, encontra-se refletido no quadro que se segue, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam ao valor total 7 194 434,39€ (6 556 639,91€ provenientes de receitas orçamentais e 443 966,53€ resultantes de operações de tesouraria).

FLUXOS DE CAIXA			Ano:	2018
			Unidade: - Euros	
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior:		193 827,95	Despesas orçamentais	6 588 890,97
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	5 685 040,48
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	903 850,49
Receitas Orçamentais		6 556 639,91	Operações de tesouraria	444 502,93
Correntes	6 094 307,81		Saldo para a gerência seguinte	161 040,49
Capital	462 332,10		Execução orçamental	60 700,75
Outras	0,00		Operações de tesouraria	100 339,74
Operações de tesouraria		443 966,53		
<b>Total</b>		<b>7 194 434,39</b>	<b>Total</b>	<b>7 194 434,39</b>





Da análise do mesmo quadro, constata-se que, no exercício económico de 2018, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 443 966,53€, enquanto os movimentos de saída totalizaram o valor de 444 502,93€. As Operações de Tesouraria são cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros e são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema de contabilidade patrimonial.

O Presidente da Câmara,

O Presidente da

(Luís Reguengo Machado, Dr.)



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Anexo" at the top.*

## **II - BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**I. - BALANÇO CONSOLIDADO****1.1- ATIVO**

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	1 586 455,14		1 586 455,14	1 585 772,64
452	Edifícios	0,00		0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	45 708 491,20	29 970 123,57	15 738 367,63	17 855 689,35
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	130 977,00		130 977,00	130 977,00
459	Outros bens de domínio público	28 400,00	17 171,26	11 228,74	12 317,43
445	Imobilizações em curso	138 811,07		138 811,07	172 282,19
		<b>47 593 134,41</b>	<b>29 987 294,83</b>	<b>17 605 839,58</b>	<b>19 757 038,61</b>
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	2 304 325,42		2 304 325,42	2 464 846,64
422	Edifícios e outras construções	17 613 818,29	4 210 463,80	13 403 354,49	13 633 875,93
423	Equipamento básico	446 700,45	338 118,80	108 581,65	94 363,23
424	Equipamento de transporte	1 346 570,59	1 297 241,43	49 329,16	96 133,43
425	Ferramentas e utensílios	106 149,52	85 991,47	20 158,05	9 999,56
426	Equipamento administrativo	1 244 982,79	1 103 066,67	141 916,12	179 535,11
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00		0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	696 588,20	397 465,57	299 122,63	314 535,06
442	Imobilizações em curso	187 797,92	0,00	187 797,92	27 713,99
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	97 500,00	0,00	97 500,00	97 500,00
		<b>24 044 433,18</b>	<b>7 432 347,74</b>	<b>16 612 085,44</b>	<b>16 918 502,95</b>
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	130 067,03	0,00	130 067,03	130 057,89
412	Obrigações e títulos de participação	212 391,00	0,00	212 391,00	330 389,39
		<b>342 458,03</b>	<b>0,00</b>	<b>342 458,03</b>	<b>460 447,28</b>
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	7 753,60		7 753,60	8 663,35
32	Mercadorias	27 910,58		27 910,58	34 169,80
		<b>35 664,18</b>		<b>35 664,18</b>	<b>42 833,15</b>
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)	0,00		0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos				0,00
211	Clientes c/c	0,00		0,00	0,00
212	Contribuintes c/c	0,28		0,28	0,00
213	Utentes c/c	101 853,94		101 853,94	82 405,53
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	78 245,49	72 606,99	5 638,50	4 090,56
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00			
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00			
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00			
24	Estado e outros entes públicos	47 711,30		47 711,30	27 503,98
264	Administração autárquica	0,00			
262+263+267+268	Outros devedores	1 282,56		1 282,56	1 617,70
		<b>229 093,57</b>	<b>72 606,99</b>	<b>156 486,58</b>	<b>115 617,77</b>
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	160 565,21		160 565,21	193 323,82
11	Caixa	475,28		475,28	504,13
		<b>161 040,49</b>		<b>161 040,49</b>	<b>193 827,95</b>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	586 458,39		586 458,39	470 207,38
272	Custos diferidos	0,00		0,00	88 179,39
		<b>586 458,39</b>		<b>586 458,39</b>	<b>558 386,77</b>
	Total de amortizações .....		<b>37 419 642,57</b>		
	Total de provisões.....		<b>72 606,99</b>		
	Total do ativo .....	<b>72 992 282,25</b>	<b>37 492 249,56</b>	<b>35 500 032,69</b>	<b>38 046 654,48</b>





Indl.  
f 9  
AA  
R

## I.2- FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2018	2017
51	Fundos próprios:		
	Património	11 000 000,00	11 000 000,00
	Diferenças de consolidação		
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-114,42	-6,36
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas Legais	2 508 018,18	2 508 012,04
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	594 737,04	594 737,04
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos		
59	Resultados Transitados	11 001 360,98	13 200 834,44
88	Resultado líquido do exercício	-2 203 401,24	-2 039 569,50
		<b>22 900 600,55</b>	<b>25 264 007,65</b>
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
268994	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
23121	Empréstimos obtidos a M/L prazo	1 241 053,09	1 533 288,01
26812	Fundo de Apoio Municipal - 2020	11 799,50	141 597,39
		<b>1 252 852,59</b>	<b>1 674 885,40</b>
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
23124	Empréstimos m/l - Exigível as 12 meses	292 330,00	332 828,00
26811	Fundo de Apoio Municipal - Exigível as 12 meses	23 599,00	47 198,00
221	Fornecedores c/c	214 435,81	309 422,39
228+2618+268998	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	512 513,74	152 882,05
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611+2618	Fornecedores de imobilizado c/c	162 759,20	56 541,69
24	Estado e outros entes públicos	27 912,22	22 466,30
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	111 910,57	107 246,33
217+222+2612	Garantias e Cauções		
		<b>1 345 460,54</b>	<b>1 028 584,76</b>
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	427 786,29	286 624,32
274	Proveitos diferidos	9 573 332,72	9 792 552,35
		<b>10 001 119,01</b>	<b>10 079 176,67</b>
	Total do Passivo .....	<b>12 599 432,14</b>	<b>12 782 646,83</b>
	Total dos fundos próprios e do passivo .....	<b>35 500 032,69</b>	<b>38 046 654,48</b>

**2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

Código de Contas POCAL	Custos e perdas	Exercícios			
		2018		2017	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	418 366,79		413 265,19	
	Matérias		418 366,79		413 265,19
62	Fornecimentos e servi os externos:		1 931 681,13		1 848 390,51
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1 982 328,74		1 784 637,44	
643 a 648	Encargos sociais	582 794,46	2 565 123,20	521 609,51	2 306 246,95
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		768 448,94		671 614,06
66	Amortizações do Exercício		2 845 329,19		3 114 653,22
67	Provisões do Exercício		9 828,59		31834,23
65	Outros custos operacionais		92 849,41		59 476,80
	( A )		8 631 627,25		8 445 480,96
68	Custos e perdas financeiros		75 485,17		14 474,52
	( C )		8 707 112,42		8 459 955,48
69	Custos e perdas extraordinários		514 976,80		478 777,51
	( E )		9 222 089,22		8 938 732,99
88	Resultado líquido do exercício		-2 203 401,24		-2 039 569,50
			<b>7 018 687,98</b>		<b>6 899 163,49</b>
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	3 270,29		3 337,40	
7112+7113	Venda de produtos	286 998,95		224 873,71	
712	Prestações de serviços	539 493,61	829 762,85	478 379,73	706 590,84
72	Impostos e taxas		511 128,69		607 513,32
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		4 863 048,48		4 724 037,74
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	( B )		6 203 940,02		6 038 141,90
78	Proveitos e ganhos financeiros		329 864,36		277 234,70
	( D )		6 533 804,38		6 315 376,60
79	Proveitos extraordinários		484 883,60		583 786,89
	( F )		<b>7 018 687,98</b>		<b>6 899 163,49</b>

  

Resumo:	2018		2017	
Resultados Operacionais: (B - A)	-2 427 687,23		-2 407 339,06	
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	254 379,19		262 760,18	
Resultados Correntes: (D - C)	-2 173 308,04		-2 144 578,88	
Resultado Líquido do exercício: (F - E)	-2 203 401,24		-2 039 569,50	



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### III - FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'P' and 'R' at the bottom.

## I. - RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

FLUXOS DE CAIXA			Ano:	2018
Unidade: - Euros				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior:		193 827,95	Despesas orçamentais	6 588 890,97
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	5 685 040,48
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	903 850,49
Receitas Orçamentais		6 556 639,91	Operações de tesouraria	444 502,93
Correntes	6 094 307,81		Saldo para a gerência seguinte	161 040,49
Capital	462 332,10		Execução orçamental	60 700,75
Outras	0,00		Operações de tesouraria	100 339,74
Operações de tesouraria		443 966,53		
<b>Total</b>		<b>7 194 434,39</b>	<b>Total</b>	<b>7 194 434,39</b>

### Nota:

Este mapa diz respeito apenas ao resumo dos fluxos de Caixa do Município, uma vez que a empresa participada incluída no perímetro de consolidação não apresenta tal demonstração por não ser de elaboração obrigatória.

Por outro lado, dada a reduzida percentagem de participação detida sobre a referida entidade, é completamente imaterial.



hild,  
f  
8/8  
[Signature]  
[Signature]  
P

## **IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'R' at the bottom.

## I – INTRODUÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através do qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas às mesmas demonstrações incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros, mapa de endividamento de médio e longo prazo, bem como os mapas exigidos pela alínea d) do n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

O Município, enquanto entidade consolidante, procedeu à elaboração de todos os procedimentos necessários à respetiva consolidação.

## 2 – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

### 2.1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

ENTIDADE CONSOLIDANTE: – **MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**

Sede Social – Rua dos Combatentes

Santa Marta de Penaguião

5030-477 Santa Marta de Penaguião

Atividade Principal – Atividades desempenhadas no âmbito das atribuições e competências definidas no Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nomeadamente na área do equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa.

ENTIDADE CONSOLIDADA: - **A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.**

Sede Social - TagusPark - Av.ª Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11-3.º B - Oeiras

2740-120 Porto Salvo



*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.*

Atividade Principal - Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, soluções ambientais, comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

Capital Social / Estatutário: - 3 236 678,67 €

Participação detida: - 4.985,01 € - 0,15%

## 2.1 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Entidades Excluídas da Consolidação					
Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	Obs.
Denominação	N.I.P.C.				
Águas do Norte, SA	513606084	S.A	36001	247 542 537,87 €	a); e)
Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal	513 022 996	Associação direito privado sem fins lucrativos	94110	-	b)
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	514 051 744	Associação de fins específicos / Pessoa coletiva de direito público	94995	-	b)
Associação de Municípios Vale do Douro Norte	502 459 417	AM	91333	-	b)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	ASU	94995	-	b)
Association Européenne des Élus de Montagne(AEM)	382 465 920	ASU	91333	-	b)
Associação Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	AMFE	91331	-	b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	AM	91333	-	b)
Comunidade Intermunicipal do Douro	508 779 200	Associação de direito público / Comunidade intermunicipal	84130	-	b)
FAM – Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	417 857 175,00 €	b); c); f)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	Fundação sem fins lucrativos	91020	2 758 671,57 €	b); d); e)
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R	508 905 435	Pessoa coletiva de direito público de natureza associativa de âmbito territorial dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio.	84123	-	b)

a) Criada pelo Dec. Lei n.º 93/2015, de 29 de Maio

b) Entidades não societárias

c) Criado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto

d) Criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de Março

e) Capital estatutário em 31/12/2017

f) Capital estatutário em 31/12/2018





*Handwritten notes and signatures:*  
 7  
 AA  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

Entidades sobre as quais, o Município de Santa Marta de Penaguião não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis nos n.ºs 4, 5 e 6 do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

### 3 – INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada, adotando-se, para efeitos de aplicação deste método o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações.

### 4 – INFORMAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O endividamento de médio e longo prazo é apresentado de acordo com o quadro que se segue:

ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO								Ano:		2018	
Unidade: - Euro											
Entidade Credora		Nº de Empréstimo	Data de Aprovação pela Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do Tribunal de Contas		Valor do Contrato	Capital em dívida em 31/12/2018	Obs
							N.º Registo	Data			
Município de Santa Marta de Penaguião	Caixa Geral de Depósitos	3 952 191	24.09.04	14.10.04	15	13	2 654	13.01.05	430 000,00	38 560,57	
	Caixa Geral de Depósitos	4 570 991	23.09.05	20.10.05	15	12	2 729	06.12.05	472 000,00	816 17,65	
	Caixa Geral de Depósitos	5 849 691	18.04.08	07.05.08	15	9	664	12.06.08	700 000,00	269 898,15	
	Caixa Geral de Depósitos	841591	22.09.00	17.01.01	25	16	4 287	22.12.00	530 654,14	171 164,55	
	Novo Banco	770 07 764	20.06.03	19.09.03	15	14	1741	28.08.03	389 388,00	0,00	
	Novo Baco	770 018 632	30.06.06	24.07.08	15	11	1449	28.09.06	538 583,00	113 931,01	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	-	27.02.09	16.03.09	15	8	546	19.05.09	700 000,00	321296,27	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	-	28.12.09	18.02.10	15	7	273	19.04.10	370 000,00	202 294,16	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	-	17.09.10	24.11.10	15	6	1740	17.02.11	260 000,00	69 182,59	
	Instituto Habitação Reabilitação Urbana	-	20.06.07	28.04.08	25	6	279	21.05.08	365 000,00	265 438,14	
Municipia, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total									4 755 625,14	1 533 383,09	

### 5 – INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

No ano económico de 2018, não houve saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e a consolidada.





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## **6 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS**

Não aplicável

## **7 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **7.1 – IMOBILIZAÇÕES**

*Critérios valorimétricos:* - Foi utilizado o custo de aquisição ou o custo de produção acrescidos dos respetivos encargos, de acordo com a situação em concreto, para valorizar todos os bens em que foi possível a sua obtenção.

O inventário da Câmara Municipal no que diz respeito aos bens móveis e imóveis do domínio privado do Município e aos bens imóveis do domínio público municipal encontra-se concluído, conforme consta do balanço e respetivo mapa do ativo bruto, tendo a sua atualização vindo a ser feita ao longo do ano, bem como alguns ajustamentos relativos a bens que não foi possível inventariar na devida altura.

*Amortizações:* - Para as amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos bens do Estado.

### **7.2 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

Não aplicável

### **7.3 – EXISTÊNCIAS**

As *existências*, compostas por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, que incluem materiais e artigos utilizados na construção e manutenção da rede de águas e de saneamento e material diverso de economato, bem como outros artigos de consumo corrente.

### **7.4 – PROVISÕES**

Não aplicável

### **7.5 – DÍVIDAS DE E A TERCEIROS**

As dívidas de e a terceiros são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam.



*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

## **7.6 – DISPONIBILIDADES**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

## **7.7 – ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO**

As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

## **7.8 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS**

Não aplicável

### **7.8.1 – “DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E “DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO”**

Não aplicável

### **7.8.2 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO CONSOLIDADO E NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES**

Não aplicável

### **7.8.3 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS SUPORTADOS NO EXERCÍCIO E RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO.**

Não aplicável

### **7.8.4 – MONTANTE DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR DOS ATIVOS ABRANGIDOS NA CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM SIDO OBJETO DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, FEITAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS, INDICANDO OS MOTIVOS QUE OS JUSTIFICARAM.**

Não aplicável

### **7.8.5 – INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DE ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS, E OS RESPETIVOS PREÇOS DE MERCADO.**

Não aplicável

### **7.8.6 – FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO PREÇO DO MERCADO.**





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Não aplicável

**7.8.7 – INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR.**

Não aplicável

**7.8.8 – MONTANTE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO, COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO, COM INDICAÇÃO DA RESPECTIVA NATUREZA, FORMA E NORMA HABILITANTE À SUA CONCESSÃO.**

Não aplicável

**7.8.9 – DIFERENÇA, QUANDO LEVADA AO ATIVO, ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E AS CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS.**

Não aplicável

**7.8.10 – REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, POR CATEGORIAS DE ATIVIDADES.**

Não aplicável

**7.8.11 – EFEITOS NA DETERMINAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO RESULTANTES DE CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA NÃO PREVISTOS E DECORRENTES DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS EFETUADOS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS, QUE TENHAM SIDO FEITAS DURANTE O EXERCÍCIO OU EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, BEM COMO INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUANDO TAL VALORIMETRIA TIVER INFLUÊNCIA MATERIALMENTE RELEVANTE NOS IMPOSTOS FUTUROS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.**

Não aplicável

**7.8.12 – DIFERENÇA ENTRE OS IMPOSTOS IMPUTADOS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES E OS IMPOSTOS JÁ PAGOS E A PAGAR RELATIVAMENTE A ESSES EXERCÍCIOS, DESDE QUE ESSA DIFERENÇA SEJA MATERIALMENTE RELEVANTE PARA A DETERMINAÇÃO DOS IMPOSTOS FUTUROS.**

Não aplicável

**7.8.13 – INDICAÇÃO GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DE CADA UM DOS ÓRGÃOS**





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '12' circled at the bottom.

**EXECUTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO PELO DESEMPENHO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, BEM COMO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DAS ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL.**

Mapa de Remunerações		
Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão de Fiscalização
Município de Santa Marta de Penaguião	0,00 €	0,00 €
Município, E.M., S.A.	a)	7 800,00 €
<b>Total</b>	0,00€	7 800,00 €

a) O Município não obteve esta informação

O Município de Santa Marta de Penaguião não participa na gestão e fiscalização da entidade incluída no perímetro de consolidação (Município, E.M.,S.A.).

**7.8.14 – INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS, BEM COMO EXPLICITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE INFLAÇÃO ADOTADOS PARA O CÁLCULO, NO CASO DE UTILIZAÇÃO DE OUTROS MÉTODOS DE REAVALIAÇÃO.**

Não aplicável

**7.8.15 – ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES.**

Não aplicável

**7.8.16 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS CUJO CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

Não aplicável

**7.8.17 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS E EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA.**

Resultados Financeiros e Extraordinários Consolidados	2018	2017
Resultados Operacionais	-2 427 687,23	-2 407 339,06
Resultados Financeiros	254 379,19	262 760,18
Resultados Correntes	-2 173 308,04	-2 144 578,88
Resultado Líquido do exercício	-2 203 401,24	-2 039 569,50



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled 'R' at the bottom.*

**7.8.18 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS.**

Não aplicável

**7.8.19 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA.**

Não aplicável

**7.8.20 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS QUE SE ENCONTRAM TITULADAS, POR RUBRICAS DO BALANÇO CONSOLIDADO QUANDO NELE NÃO ESTIVEREM EVIDENCIADAS.**

Não aplicável



### ENCERRAMENTO

O RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS do ano de 2018, que antecede, devidamente numerado e rubricado, foi presente e aprovado, por maioria, na reunião da Câmara Municipal realizada em 4 de Junho de 2019.

A Vice- Presidente da Câmara,

Os Vereadores,





### APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS do ano de 2018, que antecederam, mereceu a aprovação por maioria da Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 28 de Junho de 2019.

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Municipal de Santa Marta de Penaguião, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 35.500.033 euros e um total de fundos próprios positivos de 22.900.601 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.203.401 euros), a demonstração de resultados consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

- 1) Não obstante as diversas diligências efetuadas pelo Município, não foram obtidas confirmações externas dos saldos de algumas das principais contas de terceiros, pelo que não estamos habilitados a emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a adequação dos saldos apresentados nesta rubrica.
  - 2) Por dificuldades materiais, não nos foi possível efetuar testes de contagens da água que o Município apresenta nas suas demonstrações financeiras, pelo que não estamos habilitados a emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre o seu valor assim como o seu efeito nos resultados.
  - 3) A insuficiente informação externa ao Município sobre a titularidade do conjunto dos elementos do seu imobilizado, associada à sua grandeza, dispersão, assim como a insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado terminado quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, não nos permite emitir opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas do balanço bem como das amortizações e dos subsídios para investimentos e, consequentemente, dos seus efeitos nos resultados.
- A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### ÊNFASE

Conforme referido na página n.º 22 da prestação de contas consolidadas, o Município apresenta o resumo dos fluxos de caixa consolidados ao invés de apresentar o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, em virtude da Entidade consolidante não dispor de tal demonstração orçamental da sua participada, por não ser de elaboração obrigatória na esfera empresarial. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- Elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE CONSOLIDADO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 4 de junho de 2019

## PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ex.mos Senhores Deputados da  
Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Municipal de Santa Marta de Penaguião, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados consolidada e os respetivos anexos consolidados, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo, dos diversos serviços bem como das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos que considerámos necessários.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão consolidado e da sua conformidade com a legislação aplicável e com as contas do exercício. Finalmente, procedemos à revisão das demonstrações financeiras consolidadas anuais e à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 4 de junho de 2019



Representada por Rodrigo Ribas Pacheco  
R.O.C. n.º 1163